

*Economia
Por José L*

ESTADO DE S. PAULO

11 JAN 1965

Governo "gastador e perdulário"

Excelente fotografia, nítida, 3 x 4, válida para documentos, foi a que se tirou do governo no Tribunal de Contas da União, onde ele foi tachado de "pobre, gastador e perdulário". Faltou apenas um pequeno retoque capaz de ajustar perfeitamente a imagem à realidade: não foi mencionado que muitos setores da administração pública se encontram submetidos a um processo de corrupção sem precedente, a qual beneficia um sem-número de afoitos que, estimulados pela certeza da impunidade, se cevam nas vantagens do ilícito. O presidente do TCU, ministro João Nogueira de Rezende, depois de caracterizar com propriedade a atuação do Executivo, ressaltou que lhe cumpre ser austero: "Olhar onde há esbanjamento e coibi-lo". Ora, sucede precisamente o contrário. O dinheiro extraído do bolso do contribuinte que já não tem mais o que dar é, pura e simplesmente, mal aplicado, em geral; serve sempre para custear a orgia de gastos das empresas do Estado, das mordomias etc. Quando não chega a ser suficiente, roda-se a *guitarra* e fabricam-se cédulas, alimentando a inflação que flagela o assalariado, agredido pelo Fisco, de um lado, e pela desvalorização da moeda, de outro lado, pois os preços sobem sempre mais, e mais depressa do que os aumentos registrados em qualquer *hollerith*.

Outra ocupação altamente rendosa, não fiscalizada pelo Estado esbanjador, além da que é proporcionada na cúpula das pródigas sociedades de economia mista, é aquela a que se entrega o tipo *devedor profissional*. Ele começa tomando empréstimos em estabelecimentos oficiais, a troco de executar projetos que, aparentemente, são de interesse nacional. Vai fazendo, esperto, a *bola de neve*, com a coinvilência de autoridades que fecham os olhos ao mau desenvolvimento do projeto e ao volume dos créditos deferidos generosamente. Quando a manobra vem a público, o devedor já está de tal forma encalacrado que pode dizer, alto e bom som, que será conveniente socorrê-lo com mais facilidades, pois se vier a quebrar deixará atrás de si graves problemas sociais. Então, o Executivo, seduzido pela filosofia do bom-mocismo que lhe impõe a preservação de uma *imagem* positiva, se rende ao argumento e sustenta o *empresário em dificuldades*, certo de que assim se tornará popular perante os empregados que seriam postos na rua se o negócio fosse paralizado pela falta de novas injeções de recursos ou de medidas aptas a impedir uma falência ruidosa.

Só ao Paraná o Grupo Atalla deve hoje mais de 50 milhões de dólares. Porém, o secretário de Fi-

nanças do Estado não está disposto a exigir a liquidação imediata do débito, por causa de "dificuldades operacionais". Ele alegou que o ideal seria o Instituto do Açúcar e do Álcool centralizar a cobrança de todas as dívidas desse grupo, garantindo que ainda neste governo será possível equacionar a questão. Mas por equacionar a questão não entenda o leitor que se trataria de haver esse mesmo governo a quantia não paga: a expressão significa compor um esquema de resgate que, uma vez posto no papel, será logo em seguida descumprido, até que surja a oportunidade de celebrar-se novo ajuste etc. Em todo o País, o Grupo Atalla deve hoje pelo menos mais de 300 milhões de dólares — mais de um trilhão de cruzeiros, ou boa parte do montante que o Brasil foi tomar lá fora, no FMI, à custa de uma situação constrangedora que todos conhecem muito bem. Não é preciso ser profeta para afirmar, com absoluta segurança, que nada acontecerá à Atalla & Cia.

O inconveniente praticamente insuperável, neste país, é dever pouco; muito, desde que o credor seja instituição oficial, não tem importância, salvo para a contabilização do déficit público, no qual terão de ser incluídas as contas de inadimplentes contumazes cujo prestígio tem o condão de colocá-los a salvo de

atropelos e aborrecimentos. Quem vier depois que cuide deles.

Considerando normal a ocupação de mansões da Péninsula dos Ministros pelos titulares do primeiro escalão administrativo, o presidente do Tribunal de Contas da União declarou que não mantém a mesma opinião no tocante à utilização de tais imóveis, por exemplo, pelos dirigentes de empresas estatais. Para ele, os funcionários aquinhoados com o uso de residências desse nível não fazem jus à regalia, que denota abuso na aplicação de recursos do Erário. Não se trata, é claro, de uma regalia isolada; há muitas e muitas outras a distinguir a tecnoburocracia entronizada nos pincaros do poder público, a constituir autêntica classe dominante, disposta a manter os privilégios que conquistou. Resta saber que tipo de relacionamento manterá ela com os novos titulares do Executivo, a partir de março.

Se o governo Tancredo Neves vier para pôr termo a desmandos como os de que se dá conta neste comentário, merecerá desde logo o aplauso e a solidariedade da Nação; mas se, de saída, não os combater com eficácia, seguramente se deixará vencer pelos que têm a arte de explorá-los em benefício próprio e não hesitarão em envolvê-lo até tirar todas as vantagens possíveis do descredito a que o levarão.